



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO**

LEONARDO BIAGIONI DE LIMA, defensor público coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária; **MATEUS OLIVEIRA MORO**, defensor público coordenador-auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária; e **THIAGO DE LUNA CURY**, defensor público coordenador-auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária vêm, por meio desta apresentar o relatório semestral de atividades do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, referente ao período de agosto de 2021 a janeiro de 2022.

São Paulo, 11 de maio de 2022.

LEONARDO BIAGIONI DE LIMA

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

MATEUS OLIVEIRA MORO

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

THIAGO DE LUNA CURY

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo



**RELATÓRIO SEMESTRAL DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SITUAÇÃO
CARCERÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (NESC)**

Período Compreendido: 01º.08.2021 a 31.01.2022

Coordenadores: Leonardo Biagioni de Lima, Mateus Oliveira Moro e Thiago de Luna Cury.

Membros e Colaboradores (23): *Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Bruno Girade Parise, Camila Gervasoni Pellin, Cristina Emy Yokaichiya, Daniel Mobley Grillo, Danilo Caetano Silvestre Torre, Douglas Schauerhuber Nunes, Eduardo Ciaccia Rodrigues Caldas, Fernando Nicolas Penco Juve, Gabriele Estabile Bezerra, Juliana Gonçalves Miele, Leonardo Biagioni de Lima, Luana Barbosa Oliveira, Maria Auxiliadora dos Santos Essado, Maria Camila Azevedo Barros, Mariana Borgheresi Duarte, Mateus Oliveira Moro, Mayara Rossales Machado, Patrick Lemos Cacicedo, Rafael Gomes Bedin, Saulo Dutra de Oliveira, Surrailly Fernandes Youssef, Thiago de Luna Cury, Thais Guerra Leandro, Vitor Jose Tozzi Cavina*

Agentes de defensoria lotados no NESC: Zoraide Caobianco Modenutte (assistente social) e Henrique de Paula Finoti (sociólogo).

Oficiais de Defensoria lotados no NESC: Pacelli Cartaxo Bastos e Valdecyr dos Santos Xavier Júnior.



SUMÁRIO

I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	p.5
II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	p.6
A) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos.....	p.6
B) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos.....	p.7
C) Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas.....	p.13
D) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas.....	p.14
E) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado.....	p.20
F) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado.....	p.21
G) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública.....	p.21



H) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais.....	p.21
I) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências.....	p.23
J) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.....	p.24
K) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade.....	p.24
L) Atividade de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos prisionais do Estado – Deliberação 296/2014.....	p.24
M) Outras ações desenvolvidas.....	p.27
N) Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório.....	p.29



I. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Como exposto nos relatórios anteriores, com o intuito de possibilitar que o presente relatório, a par de garantir a exposição do trabalho realizado por este núcleo, possibilite uma análise sistemática dessas atividades, optou-se por torná-lo o mais objetivo possível, evitando-se acréscimos desnecessários, como repetição de atividades em mais de um tópico e detalhamento exagerado delas.

Assim, quando a atividade estiver relacionada a mais de um tópico do relatório, será descrita naquele com que tiver maior aproximação. Ademais, uma atividade, ainda que possa ter demandado dias para ser finalizada, não constará como várias atividades.

Importante ressaltar que, apesar de este núcleo possuir diversos procedimentos em andamento e tomar conhecimento de diversas proposições legislativas afetas à temática aqui tratada, apenas aqueles que tiveram efetivo andamento e/ou atuação direta no período serão aqui retratados, ainda que tenham sido apenas objeto de estudo pela coordenação.

Consigne-se, ademais, que, neste período, manteve-se o intenso enfrentamento às violações de direitos causadas pela pandemia da Covid-19 no sistema prisional, inclusive tendo as inspeções sido realizadas com o propósito de verificar as potencializações do estado de barbárie a que estão submetidas as pessoas presas neste período, merecendo destaque a importância da permanência da atividade no último semestre. Isso porque fora a partir da visita *in loco* que se pode observar como estão operando os estabelecimentos prisionais neste período, assim como produzir dados de maneira técnica para atuação de toda a carreira, assim como atuações do próprio núcleo, como serão elencadas abaixo.



Por fim, destacamos nesta introdução que, visando maior detalhamento das atividades do núcleo como um todo, segue em anexo ao presente relatório da atuação dos agentes de defensoria aqui lotados.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

A) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:

1. Disponibilização de modelos de petições (*Habeas Corpus*, Ação Civil Pública, Pedidos de Providências para juízes Corregedores de Presídios etc.), jurisprudências, resoluções e artigos para os/as defensores/as públicos/as que atuam na área penal (coordenadoria de execução penal, varas de execução criminal, varas criminais, Tribunal de Júri e DIPO).
2. Respostas a consultas diversas por telefone, *whatsapp*, *teams* e correio eletrônico de membros da carreira. Nesta atividade consultiva de suporte destacam-se: a) informações sobre o sistema carcerário paulista; b) pedidos de peças processuais; c) estratégias de atuação conjunta; d) pedidos de pesquisa jurisprudencial; e) consultas técnicas em geral. Neste ponto, vale ressaltar que foram enviados **1.877** e-mails, através do e-mail nucleo.carceraria@defensoria.sp.def.br, **1.120** e-mails através do e-mail mmoro@defensoria.sp.def.br, **389** do e-mail lblima@defensoria.sp.def.br e **526** e-mails do e-mail tlcury@defensoria.sp.def.br;
3. Tendo em vista o julgamento da ADPF 527, que trata dos direitos de pessoas LGBTQIA+ escolherem a unidade prisional de cumprimento de pena, enviamos à carreira: a) Manual produzido pelo CNJ sobre a Resolução 348/2020; b) Manifestação dos Núcleos na ADPF 527; c) Modelo de petição com requerimento para diligenciar o cumprimento da retificação de prenome e gênero pelo cartório de registro civil, de forma extrajudicial e



gratuita; d) Modelo de petição que solicita a transferência de travestis e transexuais para unidade prisional tanto masculina como feminina na qual a identidade de gênero seja devidamente respeitada.

4. Foram enviadas listagens periódicas obtidas através da Secretaria da Administração Penitenciária de pessoas presas que tiverem a progressão de regime ao semiaberto deferida e, em que pese isso, permaneciam no regime fechado, assim como planilha com a evolução da superlotação nas unidades prisionais afetas ao cumprimento do regime semiaberto, a fim de se realizar pedidos individuais e/ou coletivos;
5. Na mesma esteira, tendo em vista a alteração do artigo 51 do Código Penal, pela Lei nº 13.964/2019, que define a competência para execução da multa penal no juízo de execução criminal, mantendo-a, no entanto, como "dívida de valor", este Núcleo Especializado de Situação Carcerária, a Assessoria Criminal e o Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores elaboraram teses defensivas para auxiliar a atuação dos/as defensores/as públicos/as, caso se deparassem com pedidos elaborados pelo Ministério Público perante o juízo da execução criminal.

B) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos (e acompanhamento de demandas já propostas):

1. Foi enviada recomendação ao Departamento Penitenciário Nacional, para que seja extinto o Selo de Qualidade das unidades prisionais, veiculado pela Nota Técnica nº 1/2021/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ;



2. Foram apresentadas 164 petições intermediárias em pedidos de providências instaurados decorrentes de inspeções realizadas pelo NESC;
3. 7 petições em ações diversos (pedido de expedição de guias de recolhimento, juntada de documentos, etc);
4. Impetração de *Habeas Corpus* coletivo perante o TJ, o STJ e o STF, para tentar garantir o direito à saída temporária de pessoas presas após a Corregedoria do TJ ter, absurdamente, suspenso tal direito durante a pandemia da covid-19;
5. Foram opostos 6 embargos de declaração em ações diversas;
6. 9 Pedidos realizados em primeira instância em comarcas onde não há atuação da Defensoria Pública do estado de São Paulo para a aplicação do HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”);
7. 4 Pedidos realizados em primeira instância requerendo a concessão de liberdade provisória e/ou o relaxamento da prisão;
8. 14 *habeas corpus* impetrados junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo para a concessão de liberdade provisória ou prisão domiciliar, conforme previsão do CPP e decidido no HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”;
9. 11 *habeas corpus* impetrados junto ao Superior Tribunal de Justiça para a concessão de liberdade provisória ou prisão domiciliar, conforme previsão do CPP e decidido no HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”;



- 10.4 *habeas corpus* impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal para a concessão de liberdade provisória ou prisão domiciliar, conforme previsão do CPP e decidido no HC Coletivo n. 143.641, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”;
- 11.6 *habeas corpus* impetrados junto ao Tribunal de Justiça do estado de São Paulo para tentar garantir a liberdade provisória de pessoas presas preventivamente há longo tempo em comarcas onde não há atuação da Defensoria Pública
12. Instaurados 45 Pedidos de Providências nas respectivas corregedorias dos presídios, em face das violações de direitos verificadas durante as inspeções realizadas pelo NESC;
13. Interposição de 2 Agravos Regimentais em *habeas corpus* impetrados junto ao Superior Tribunal de Justiça para a aplicação de prisão domiciliar, em razão de informações oriundas da política “mães em cárcere”;
14. Apresentação de memorias na ADPF 527 que trata do aprisionamento de pessoas travestis e transexuais como *amicus curie* em conjunto com o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR);
15. Apresentação de petição no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Criminal nº 0029927-79.2021.8.26.0000 em conjunto com o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores (NSITS) e com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) que trata do lapso da progressão de regime para mães e gestantes;
16. Apresentação de petição no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Criminal nº 0030249-02.2021.8.26.0000 em



conjunto com o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores (NSITS) e com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) que trata do lapso da progressão de regime para mães e gestantes;

17. Apresentação de memoriais para despacho com os desembargadores na Apelação da ACP nº 1003644-18.2013.8.26.0053 que discute o fornecimento de água em temperatura adequada para as pessoas presas no estado de São Paulo;
18. Apresentação de memoriais na Ação de Improbidade Administrativa nº 1019366-22.2020.8.26.0482 que discute a incursão tática do GRUPO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA (GIR-7) para despacho com os desembargadores;
19. Expedição de ofício para a Secretaria da Administração Penitenciária, ao Sr. Nivaldo Restivo, em conjunto com o NEDIPED, que discute a prioridade de Vacinação para COVID-19 em relação às Pessoas Idosas;
20. Envio de ofício ao Diretor da Penitenciária Feminina de Santana requisitando informações em relação a população LGBTQIA+;
21. Envio de ofício ao Diretor da Centro de Detenção Provisória III de Pinheiros requisitando informações em relação a população LGBTQIA+;
22. Envio de ofício à Diretora da Penitenciária Feminina de Votorantim requisitando informações em relação a população LGBTQIA+;
23. Envio de ofícios à Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto e à Penitenciária Feminina de Campinas requisitando informações acerca das medidas adotadas para que as pessoas em regime semiaberto possam exercer o direito à saída temporária, considerando que boa parte delas não



constitui pecúlio e a maior parte das famílias não tem condições financeiras para custear tal transporte;

24. Elaboração da Cartilha de Atuação Interdisciplinar na Área Criminal fruto de uma parceria entre o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) e o Centro de Atendimento Multidisciplinar da Regional Criminal (CAMCrim), busca apresentar as possibilidades de atuação interdisciplinar na área criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP);
25. Elaboração de ação indenizatória juntamente com o NUDDRI em face de racismo sofrido por visitante em unidade prisional;
26. Envio de recomendação à SAP para que adote medidas que viabilizem o traslado de ida e volta, para que as pessoas em regime semiaberto, que não constituíram pecúlio e cuja família não tenha condições de auxiliar, não percam a oportunidade de usufruir do direito às saídas temporárias;
27. Apresentação de petição na Ação Civil Pública 1063655-37.2018.8.26.0053 que trata das torturas e tratamentos desumanos e degradantes praticados pelo GIR, requerendo a designação, com urgência, de audiência para a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes;
28. Interpostos 9 recursos inominados frente ao arquivamento de pedidos de providências arquivados pelos respectivos juízos corregedores;
29. Elaboração de memoriais no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Criminal nº 0030249-02.2021.8.26.0000;
30. Apresentação de memoriais na Ação Civil Pública nº 0013115-12.2012.8.26.0053 que almejava a implementação de equipes mínimas de saúde em todos os presídios do Estado, para despacho com os desembargadores;



- 31. 3 manifestações intermediárias em ações civis públicas em trâmite em 2ª instância;
- 32. Envio de recomendação para a SAP a fim de que se houvesse a oferta regular de absorventes às mulheres presas no Estado de São Paulo;
- 33. Participação em audiência judicial referente ao processo nº 1000306-66.2021.8.26.0502, no dia 03.08.2021;
- 34. Participação na Reunião da Plataforma Covid-19 - vacinação da população carcerária, no dia 12.08.2021;
- 35. Participação em audiência de monitoramento do HC Coletivo 165.704 do STF, no dia 08.11.2021;
- 36. Participação em audiência de monitoramento do HC Coletivo 165.704 do STF, no dia 15.12.2021;
- 37. Peticionamento de petição intermediária na ACP n. 1002500-11.2018.8.26.0222, que cobra a implementação de equipe mínima de saúde na Penitenciária Feminina de Guariba;
- 38. Envio de ofício (n. 46/2021 – NESC) ao TRE/SP requisitando informações sobre a inscrição e regularização de inscrição eleitoral no caso de multa penal pendente;
- 39. Apresentação de memorial na ACP n. 1003644-18.2013.8.26.0053 que busca a instalação de chuveiros com água aquecida em todas as unidades prisionais do estado de São Paulo;
- 40. Impetração de Mandado de Segurança junto ao STJ para questionar suspensão da eficácia da liminar deferida pela Presidência do TJ/SP na ACP



n. 1044279-60.2021.8.26.0053, e sem retratação depois do Agravo Interno
n. 2170806-05.2021.8.26.0000;

41. Peticionamento intermediário na ACP n. 1044279-60.2021.8.26.0053, que
busca a adequada vacinação contra COVID19 das pessoas presas no estado
de São Paulo;

42. Expedição de Recomendação à SAP (of. n. 60/2021 – NESC) para adoção de
medidas visando a minimização dos problemas ilegais enfrentados pelas
visitantes das unidades prisionais no momento da submissão à revista feita
pelos escâneres corporais;

43. Alegações finais em forma de memoriais na ACP n. 3009905-
67.2013.8.26.0019, que visa reduzir a superlotação no CDP de Americana;

**C) Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da
Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições
institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:**

1. Participação na Audiência Pública da Política “Mães em Cárcere”, em
26.10.2021;
2. Participação no Seminário Internacional “Estratégias de litigância diante
de penas ilícitas”, nos dias 2 e 3.09.2021;
3. Organização juntamente com o NCDH, NSITS e EDEPE do Caderno sobre
Política de Drogas.



D) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

- 01. 02.08.2021 – Reunião com CREA para verificar possibilidade haver convênio para que sejam realizadas perícias em unidades prisionais;
- 02. 06.08.2021 – Reunião com Conselho Consultivo da Ouvidoria para explicar proposta de alteração da Deliberação CSDP 296/2014;
- 03. 06.08.2021 – Reunião com Conselho Consultivo para falar sobre a proposta do NESC de alteração das Deliberação sobre as inspeções de monitoramento das condições de aprisionamento dos presídios;
- 04. 06.08.2021 – Reunião/atendimento com a Pastoral Carcerária e Associação AMPARAR juntamente com familiares de pessoas presas;
- 05. 09.08.2021 – Reunião com Movimento Mulheres de Axé do Brasil, NESC e NUDEM para tratarmos da campanha e estratégias, a fim de combater a violência menstrual;
- 06. 12.08.2021 – Reunião/audiência da plataforma de conciliação do TRF para tratar da ausência de vacinação da população carcerária;
- 07. 13.08.2021 – Participação no Evento da EDEPE - Jornada de Leitura: Habeas Corpus no STF;
- 08. 13.08.2021 – Reunião com CEF e REDE;
- 09. 13.08.2021 – Reunião com Pastoral Carcerária para explicar fluxos de encaminhamento de denúncias;



10. 18.08.2021 – Reunião - PDL 389/2019
11. 19.08.2021 – Reunião com Plataforma Justa sobre a ACP para vacinação das pessoas presas;
12. 20.08.2021 – Reunião com APT sobre audiências de custódia virtuais;
13. 23.08.2021 – Reunião com a Frente Estadual pelo desencarceramento para tratar de temas relativo a imigrantes;
14. 24.08.2021 – Reunião ordinária do Conselho Penitenciário;
15. 24.08.2021 - Reunião com Frente Estadual pelo desencarceramento, Amparar e respectivo Segundo Coordenador Auxiliar para tratar de demandas de familiares de pessoas presas no CDP de Nova Independência;
16. 31.08.2021 – Participação na Reunião do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral para explicar a proposta de alteração da Deliberação 289/2014 que trata das inspeções de monitoramento de presídios;
17. 31.08.2021 – Reunião ordinária do COPEN;
18. 31.08.2021 – Reunião da Política Mães em Cárcere com NUDEM, NEIJ, Convive e 1ª Sub;
19. 01.09.2021 - Reunião com MNPCT sobre a organização das Inspeções LGBTI em SP;



1. 01.09.2021 – Reunião com Justa e Tozzini Freire sobre o projeto de contestar o instituto da Suspensão de Segurança utilizado, de forma desvirtuada, pela Presidência do TJ/SP em Ações Cíveis Públicas;
20. 09.09.2021 - Reunião APT, DPG/SP, DPG/RJ sobre audiências de custódia e respectivo monitoramento;
21. 14.09.2021 – Reunião com a “Mandata” da Deputada Estadual Érica Malunguinho sobre pautas carcerárias;
22. 15.09.2021 - Reunião com MNPCT para organização das Inspeções conjuntas em presídios com foco nos direitos da população LGBTI encarcerada;
23. 23.09.2021 – Reunião com Gerontologia da USP e NEDIPED, a fim de verificar situações de violações de direitos à população idosa encarcerada;
24. 23.09.2021 -Reunião com a diretoria do IDDD;
25. 28.09.2021 – Reunião MNPCT ajustes finais em relação às inspeções conjuntas com foco nas violações de direitos da população LGBT encarcerada;
26. 28.09.2021 – Reunião com Gerontologia da USP e NEDIPED, a fim de verificar situações de violações de direitos à população idosa encarcerada;
27. 28.09.2021 – Reunião com Plataforma Justa para pensar em formas de se romper com o instrumento da suspensão de segurança;
28. 01º.10.2021 - Reunião com MNPCT, NUDDIR, GMF/SP e outras entidades para tratar das inspeções realizadas no CDP 3 de Pinheiros e Penitenciária de Votorantim com foco na situação das pessoas LGBTQIA+;



29. 01.10.2021 - Reunião com Corregedoria TJ, vereador Eduardo Suplicy e mais parceiros para debater graves violações de direitos de pessoas presas;
30. 05.10.2021 – Reunião com CAMCrim para retomar a atuação em prol da desinstitucionalização das pessoas em cumprimento de medida de segurança;
31. 06.10.2021 – Reunião da Política Mães em Cárcere;
32. 06.10.2021 - Reunião da Comissão Permanente Interinstitucional da Resolução CNJ n. 369/2021 para acompanhamento e sistematização, em nível nacional, dos dados referentes ao cumprimento das ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs 143.641 e 165.704, bem como da implementação das demais medidas previstas pela Resolução CNJ 369/2021;
33. 08.10.2021 – Reunião com a mandata da Deputada Erica Malunguinho para debater eventual emenda parlamentar para projeto com população encarcerada;
34. 08.10.2021 – Participação no evento Diálogos sobre saúde mental, uso de substâncias – Desinternação e Serviços de Residência Terapêutica;
35. 08.10.2021 – Reunião com CAMCrim e GT NESC sobre desinstitucionalização das pessoas em cumprimento de medida de segurança;
36. 13.10.2021 - Reunião convocada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) sobre especificidades relacionadas às pessoas LGBTI+ privadas de liberdade;



- 37. 20.10.2021 – Reunião AFAPE, NESC e Ouvidoria da Defensoria Pública sobre Política de Inspeções;
- 38. 20.10.2021 – Reunião da Política Mães em Cárcere;
- 39. 25.10.2021 – Reunião com Primeira Subdefensoria sobre o Manual de Segurança de Atividades Externas;
- 40. 27.10.2021 - Reunião do GT Remição e Leitura do CNJ;
- 41. 04.11.2021 – Reunião sobre o VIII Ciclo de Conferências com 1ª Sub. e demais Núcleos;
- 42. 08.11.2021 – Audiência Pública com o Ministro Gilmar Mendes no caso dos HC's coletivos sobre prisão domiciliar dos responsáveis;
- 43. 04.11.2021 – Reunião para debater o VIII Ciclo de Conferências Estadual;
- 44. 11.11.2021 – Reunião da Política Mães em Cárcere;
- 45. 12.11.2021 – Reunião com CAMCrim e GT NESC sobre desinstitucionalização das pessoas em cumprimento de medida de segurança;
- 46. 16.11.2021 - Reunião para discussão e encaminhamentos sobre a situação do Sr. Valdemir Feliciano com participação do CHSP, NESC e NEDIPED;
- 47. 16.11.2021 – Reunião com Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio e outros núcleos para tratar de temas afetos à entidade e esclarecer dúvidas sobre fluxos institucionais;



48. 18.11.2021 – Reunião na Câmara de Conciliação do TRF sobre audiências de custódia virtual;
49. 23.11.2021 - Reunião Grupo Educação Nas Prisões;
50. 25.11.2021 - Reunião Virtual com o Procurador Leandro Pereira Leite em relação ao Processo n. 1019366-22.2020.8.26.0482 – ação de improbidade em face de tortura;
51. 26.11.2021 – Reunião com a mandato da deputada Federal Tarília Petrone e outras entidades para auxiliar em elaboração de projeto de lei sobre Furto de bagatela, furto famélico e temas afins;
52. 30.11.2021 - Reunião sobre medida de segurança, EAPs e desinternação;
53. 30.11.2021 – Reunião com CAMCrim e GT NESC sobre desinstitucionalização das pessoas em cumprimento de medida de segurança;
54. 07.12.2021. Reunião com familiares de pessoas presas na Penitenciária 2 de Guarulhos e AMPARAR;
55. 09.12.2021 – Evento Instituto Pro Bono - Diálogo "Audiências de Custódia e Virtualização da Justiça";
56. 10.12.2021 – Reunião com Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores para auxiliar na sustentação oral a ser realizada em ACP que o NESC acompanha;
57. 15.12.2021 – Reunião com NUDDIR, NUDEM e entidades sobre formas de conter práticas racistas contra visitantes de pessoas presas;



58. 19.01.2022 - Reunião com DPG e outros membros da Administração Superior sobre a proposta de alteração de Deliberação 296/14 que trata de inspeções em presídios;
59. 20.01.2022 – Reunião com Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio e outros núcleos para tratar de temas afetos à entidade e esclarecer dúvidas sobre fluxos institucionais;
60. 26.01.2022 – Reunião com NUDDIR, NUDEM e entidades sobre formas de conter práticas racistas contra visitantes de pessoas presas;
61. 28.01.2022 – Reunião com Plataforma Justa para pensar em formas de se romper com o instrumento da suspensão de segurança;

E) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

1. Composição da Comissão de Execução Penal do CONDEGE: Titular - Leonardo Biagioni de Lima; Suplente – Thiago de Luna Cury;
2. Composição da Comissão Criminal do CONDEGE – Mateus Oliveira Moro; Suplente – Thiago de Luna Cury;
3. Composição da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da ANADEP: Titular - Thiago de Luna Cury; Suplente – Leonardo Biagioni de Lima;
4. Composição do Conselho Penitenciário do estado de São Paulo – Mateus Oliveira Moro;



5. Composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – Mateus Oliveira Moro;
6. Participação no grupo de trabalho formado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com outros especialistas, para debater o tema da remição de pena por meio da leitura e outras práticas educativas, após a publicação, no dia 11/05/21, da Resolução 391/21 do CNJ, para debater a criação do Plano Nacional de Fomento à leitura - Mateus Oliveira Moro.

F) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

1. Suporte aos Defensores Públicos em matéria de direito penal, processo penal e execução penal, por meio de consultas diárias realizadas por e-mail e telefone (*pesquisas de doutrina, jurisprudência e legislação, encaminhamento de modelos de peças e esclarecimento de dúvidas diversas*);

G) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:

1. Elaboração juntamente com a Primeira Subdefensoria geral de tabela com atividades, órgãos responsáveis e prazos para cumprimento das atividades necessárias à implementação das propostas do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública;

H) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:

1. 11.08.2021 – Entrevista para Trabalho de Conclusão de Curso;



2. Entrevista para UOL:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/em-sao-paulo-celas-para-a-populacao-lgbtqia-tem-superlotacao-acima-da-media.shtml>;
3. Entrevista para G1, globo.com: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/13/defensoria-aponta-riscos-em-predio-e-pede-transferencia-imediata-de-presas-de-complexo-feminino-do-butanta.ghtml>;
4. 06.12.2021 - Entrevista para a TV Gazeta sobre a potencialização das violações de direito no cárcere durante a pandemia;
5. 13.01.2022 – Entrevista para Brasil de Fato sobre alimentação nos presídios: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/02/estado-de-sp-aplica-pena-de-fome-em-seus-presidios-com-media-de-jejum-de-15-horas-por-dia>;
6. 10.09.2021 – Entrevista ao SPTV1 da TV Globo;
7. 24.09.2021 – Realização do evento "A Defesa Criminal para a Sobrevivência das Pessoas LGBTQIA+ e a Resolução n. 348 do CNJ";
8. Entrevista para UOL: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josmar-jozino/2021/11/26/presos-usam-a-mesma-escova-de-dente-sabonete-e-barbeador-em-cdps-de-sp.htm>;
9. Entrevista para G1, globo.com: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2021/11/16/unidades-prisionais-da-regiao-de-piracicaba-tem-14-mil-detentos-alem-da-capacidade.ghtml>;



10. Entrevista para Poder360 sobre a necessidade de a polícia informar durante a abordagem sobre o direito ao silêncio:
<https://www.poder360.com.br/justica/stf-decidira-se-policia-tem-que-informar-direito-ao-silencio-em-abordagens/>
11. Participação no PodCast “Até que se prove o contrário”, no episódio 2: “O Peso da Palavra”:
<https://open.spotify.com/episode/4lNxeACSfpUv2kzldiOyHC>
12. Entrevista para a CBN, no ar no dia 14.09.2021, sobre a situação do Centro de Progressão de Pena do Butantã;
13. Entrevista para o Brasil de Fato sobre a situação do CPP de Butantã:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/16/defensoria-avisa-imagens-mostram-e-governo-de-sp-mantem-presas-em-predio-com-risco-de-desabar>
14. 18.01.2022 – Entrevista com a France 24 sobre as condições dos presídios paulistas;
15. 13.01.2022 - Entrevista para o Brasil de Fato - Alimentação nos presídios;

I) Articulação com núcleos especializados afins de Defensorias Públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:

1. Periodicamente, aportam no e-mail do NESC dúvidas ou pedidos de encaminhamentos de defensorias de outros estados sobre formas de se proceder em alguns processos criminais e de execução criminal aos quais estes coordenadores realizam a articulação com os/as defensores/as naturais;



2. 26.08.2021 – Palestra proferida virtualmente para defensores/as da Defensoria Pública do estado de Pernambuco sobre a realização de inspeções em unidades prisionais;

J) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.

Tópico inserido, esparsamente, em diversas ações do NESC especificadas no presente relatório de atividades, uma vez que a atuação do Núcleo se volta à população marginalizada.

K) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

Preliminarmente, importante dizer que periodicamente esse núcleo especializado recebe, via assessoria parlamentar, dezenas de comunicações de projetos de lei em andamento, os quais são analisados. Contudo, apenas aqueles que tiveram efetivo acompanhamento serão apontados.

1. Em 26.11.2021, realizou-se reunião com diversas entidades, a fim de se tentar auxiliar na proposição e aprovação de PL para limitar o poder punitivo no delito de furto, que culminou no PL 4540/2021.

L) Atividade de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos prisionais do Estado – Deliberação 296/2014



Devido à pandemia, inicialmente tornou-se mais dificultoso realizar a atividade de inspeção. No entanto, no período deste relatório, conseguimos retomar a frequência anterior ao período de pandemia de forma paulatina, fazendo-se essencial a presença da defensoria pública no interior das unidades prisionais, a fim de verificar as novas formas de violações de direitos e demandar para suas correções.

No período, foram realizadas as seguintes 23 inspeções:



346-07/2015	CDP DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	09/08/2021
388-49/2015	CPP FEMININO DO BUTANTÃ	19/08/2021
363-24/2015	CDP DE CAPELA DO ALTO	20/08/2021
428-89/2016	PENITENCIÁRIA DE ARARAQUARA	27/08/2021
364-25/2015	CDP DE JUNDIAÍ	27/08/2021
370-31/2015	PENITENCIÁRIA DE ITIRAPINA II	10/09/2021
387-48/2015	CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO MIGUEL PAULISTA	10/09/2021
329-28/2014	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PINHEIROS I	17/09/2021
14/2018	PENITENCIÁRIA FEMININA DE VOTORANTIM	29/09/2021
331-30/2014	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PINHEIROS III	30/09/2021
405-66/2016	PENITENCIÁRIA FEMININA DE MOGI GUAÇU	15/10/2021
02/2021 - ticket 20213876	PENITENCIÁRIA DE REGISTRO	15/10/2021
427-88/2016	PENITENCIÁRIA DE SÃO VICENTE II	22/10/2021
369-30/2015	PENITENCIÁRIA DE ITIRAPINA I	11/12/2021
426-87/2016	PENITENCIÁRIA DE SÃO VICENTE I	11/12/2021
43/2019	CR DE ITAPETININGA	23/11/2021
28/2019	CR DE LIMEIRA	24/11/2021
33/2019	PENITENCIÁRIA DE MAIRINQUE	26/11/2021
01/2022	CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ÁLVARO DE CARVALHO	21/01/2022
02/2022	CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO VICENTE	21/01/2022
354-15/2015	CDP DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	27/01/2022
358-19/2015	CDP DE RIBEIRÃO PRETO	28/01/2022
434-95/2016	PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA II	28/01/2022



M) Outras ações desenvolvidas:

2. Análise de inúmeras cartas e e-mails encaminhados por presos e seus familiares com a solicitação de atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.
3. Encaminhamento, ao longo do semestre, de cerca de 297 cartas a pessoas presas, prestando informações sobre direitos da execução e informações sobre processos; ofícios para defensores públicos coordenadores de execução criminal com a remessa de cartas e e-mails solicitando atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.
4. Encaminhamento de ofícios aos defensores públicos segundo coordenadores auxiliares para adotar providências em prol de pessoas presas e seus familiares;
5. Encaminhamento de ofícios para a Assessoria Criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a remessa de cartas em que há pedido de revisão criminal formulado por presos;
6. Cerca de 1.235 atendimentos, realizados pessoalmente, por telefone e via mensageria eletrônica, de egressos e familiares de presos em busca de esclarecimentos sobre casos individuais ou com o objetivo de relatar casos de violação coletiva de direitos humanos;
7. 07.08.2021 – Participação no Pré-encontro criminal da EDEPE;
8. 26.08.2021 - Palestra on line sobre Inspeções a convite da Defensoria Estadual de Pernambuco;



9. 27.08.2021 – Reunião da Plenária do NESC;
10. 28.08.2021 – Participação no Pré-Encontro de Execução Criminal organizado pela EDEPE;
11. 03.09.2021 – Participação como debatedores no “Seminário Internacional ‘Estratégias de Litigância diante de Penas Ilícitas’ - Desafios para a Defensoria Pública”;
12. 15.09.2021 – Reunião para debater o VIII Ciclo de Conferências Estadual;
13. 16.09.2021 - Reunião do Fórum do CONDEPE sobre pautas carcerárias;
14. 17.09.2021 – Evento com a Plataforma Justa sobre o projeto de contestas o instituto da suspensão de segurança da CIDH;
15. 17.09.2021 – Reunião do GT sobre remição de pena pela leitura do CNJ;
16. 17.09.2021 – Reunião da Comissão Criminal Permanente do Condege;
17. 17.09.2021 – Participação em Evento da DPE/RJ sobre Tortura no Cárcere;
18. 21.09.2021 – Reunião para debater o VIII Ciclo de Conferências Estadual;
19. 21.09.2021 – Reunião para debater o VIII Ciclo de Conferências Estadual;
20. 22.09.2021 - 4ª reunião da Comissão Organizadora do VIII Ciclo de Conferências da Primeira Subdefensoria;
21. 22.09.2021 – Participação em Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para debater os compromissos da Revisão Periódica Universal da ONU;



- 22. 22.09.2021 – Reunião com AFAPE, familiares de pessoas presas na P. de Getulina e segundo coordenador auxiliar de Marília;
- 23. 23.09.2021 - 5ª reunião da Comissão Organizadora do VIII Ciclo de Conferências da Primeira Subdefensoria;
- 24. 04.10.2021 – Reunião com NUDDIR para tratar das inspeções realizadas no CDP 3 de Pinheiros e Penitenciária de Votorantim com foco na situação das pessoas LGBTQIA+;
- 25. 26.10.2021 – Audiência Pública do Convive: Política de Atendimento "Mães em Cárcere";

N) Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório:

- 01. PA NESC 01/2021 – Assunto: Mapeamento da Atuação Criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
- 02. PA NESC 01/2022 - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ÁLVARO DE CARVALHO;
- 03. PA NESC 02/2022 - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO VICENTE

São Paulo, 11 de maio de 2022.

THIAGO DE LUNA CURY

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo

MATEUS OLIVEIRA MORO

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo



LEONARDO BIAGIONI DE LIMA

Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
Defensor Público do Estado de São Paulo